

Forças de união e separação no espaço da língua portuguesa (2007)

[INÉDITO. Conferência dada no Institut d'Estudis Catalans, Barcelona (16.3.2007)]

1. O grande tema de estudo de Luís Filipe Lindley Cintra, como professor e como cientista, foi a *língua portuguesa*. As suas descobertas e as suas sínteses marcaram várias gerações e tornaram-se mesmo, em algumas formulações, verdadeiros lugares comuns, verdades em que todos acreditam e de que muitos imaginam ter sido os autores. Como seu aluno, colaborador de muitos anos e sucessor nas funções académicas, a todo o momento me vejo colocado perante a dificuldade de separar o que sei, porque me foi ensinado por Cintra, daquilo que julgo saber, porque o adquiri com trabalho próprio. Quando dispomos de novos dados, ou novas maneiras de os interpretar, que Cintra não conheceu, essa dificuldade resolve-se por si mesma; mas na grande maioria das situações, as propostas de Cintra, até mesmo as suas intuições, têm-se revelado particularmente resistentes à passagem do tempo. De modo que, nos domínios que ele estudou com mais afinco, aos linguistas e filólogos de hoje muitas vezes apenas cabe o papel de retransmissores e de glosadores da sua ciência.

A investigação de Cintra concentrou-se em torno de duas áreas principais¹:

a) as origens da língua: trabalhos sobre a Reconquista e o repovoamento do território peninsular, a história dos dialectos galegos e portugueses, a produção documental latina e portuguesa dos primeiros séculos nacionais, o aparecimento da literatura escrita em português e a literatura oral, manifestada mais tarde no romanceiro;

¹ Uma boa selecção de artigos seus, publicados entre 1948 e 1983, foi reunida por Isabel Hub Faria em *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, Lisboa, 1999.

b) o *espaço da língua*, que definia historicamente como sendo constituído por toda a faixa ocidental da Península Ibérica (incluindo, portanto, o galego, cujos dialectos não hesitava em considerar como pertencendo ao mesmo sistema do português, ainda que reconhecesse, no presente, a autonomia da norma linguística galega), constituído também pelas ilhas atlânticas, pelo Brasil e pelos países africanos e asiáticos onde se fala o português, e ainda pelos crioulos de base portuguesa. Ou seja, um espaço geográfico definido como o produto da expansão europeia e extra-europeia da língua que nasceu do latim vulgar do Noroeste peninsular. Esta definição conduzia, naturalmente, à valorização dos aspectos unitários: acima da variedade que é inevitável em uma língua transcontinental, Cintra colocava uma unidade fundamental que não excluía nem o galego, nem os crioulos. E muito menos o português do Brasil, como o demonstraram, na fase final da vida, a sua defesa de uma ortografia única do português e a colaboração com Celso Cunha para escreverem a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (1984), uma gramática escrita para servir de normativa, simultaneamente, à língua usada por portugueses, por brasileiros e por africanos, fundamentada na língua literária de escritores de todas essas nacionalidades.

Não é difícil reconhecer, nesta brevíssima síntese dos interesses de Cintra, alguns aspectos que, posteriormente, têm sido discutidos e mesmo renovados (a resistência a reconhecer no galego os requisitos de uma língua românica autónoma²; a redução dos crioulos à condição de variedades da língua portuguesa; a definição da normativa feita na base exclusiva do testemunho, nem sempre concordante entre si, de escritores). Mas igualmente se reconhecem, e com especial relevo, aqueles problemas que continuam a preocupar qualquer linguista interessado na história da língua portuguesa, na sua expansão intercontinental e no seu estatuto moderno de língua multinacional. Problemas que voltarei a examinar de seguida.

2. Mas uma observação lateral deve ser aqui inserida: apesar da importância e da vitalidade que a linguística românica conserva em Portugal, outras disciplinas são igualmente praticadas, com resultados de grande qualidade, pelas universidades e

² I. Castro, *Galegos e Mouros*, Lisboa, Colibri, 2002, 27-30; Clarinda de Azevedo Maia, *O galego visto pelos filólogos e linguistas portugueses*, Lisboa, 2002.

centros de investigação portugueses, a começar pela linguística teórica de modelo generativo, a linguística de *corpora*, a computacional, a cognitiva e a linguística aplicada à aquisição e aprendizagem, tanto de primeira como de segunda língua. Estas mesmas e outras disciplinas são praticadas com grande êxito no Brasil, país em que se dirigem a uma realidade linguística e social bastante diferenciada da portuguesa; talvez por isso, os estudos de sociolinguística de inspiração laboviana são no Brasil muito mais extensos e diversificados que em Portugal. Dos países africanos de língua portuguesa, destaca-se por agora uma emergente escola linguística em Moçambique, preocupada tanto com a teoria como com necessidades locais, entre as quais a alfabetização e a aquisição. Estes diferentes enfoques nacionais têm, evidentemente, influência no modo como a realidade linguística do português é percebida e descrita nas várias regiões do mundo.

3. Regressando agora ao caso de Portugal, de imediato se verifica que num país com as suas características os problemas causados pela diversidade linguística não se apresentam de forma aguda, como sucede, por exemplo, nas nações históricas de Espanha. A diversidade dialectal é tão suave que a escola de Coimbra hesita em classificá-la por *dialectos*, preferindo o eufemismo de *falares*³; a mudança histórica não provocou, entre a língua medieval e a moderna, rupturas tão profundas como as que afectaram o inglês ou o francês, pelo que os alunos do liceu podem estudar e apreciar antigas trovadorescas; até há pouco tempo, eram muito poucas as comunidades imigrantes que, no território português, utilizavam outras línguas, embora o seu número esteja a aumentar depressa, o que é um fenómeno a acompanhar; a separação estrutural entre a língua de Portugal, a do Brasil e a dos países africanos é um fenómeno lento e de águas profundas, que muitos preferem não observar.

O facto de o Centro-Sul de Portugal ter sido repovoado a partir do Norte, mais por portugueses do que por colonos estrangeiros, é grandemente responsável pela coesão interna da nação. Mas também está na origem do conflito cultural que tradicionalmente opõe a parte fundadora de Portugal (as províncias do Norte e da

³ Manuel de Paiva Boléo e M. Helena Santos Silva, «Mapa dos dialectos e falares de Portugal continental», *Actas do IX Congresso Int. de Linguística Românica*, III, Lisboa, 1962, 85-112.

bacia do Douro, polarizadas modernamente na cidade do Porto) à parte que se tornou portuguesa em consequência da Reconquista cristã (as Beiras, que têm muitas características de zona de transição, a bacia do Tejo e o Sul alentejano e algarvio). Foi aqui, no eixo de cidades formado por Coimbra, Lisboa e Évora, que, ainda na Idade Média, se instalou o centro do poder, com todas as suas manifestações e decorrências: residência da corte, centro político, económico e cultural, porta aberta à expansão ultramarina, fonte difusora de inovações. Este último aspecto é especialmente importante, porque a partir do séc. XV assiste-se a uma espécie de devolução de influências, passando o Norte fundador ao estatuto de região periférica e assumindo o Sul recém-povoado o papel de distribuidor do jogo. A rivalidade entre Norte e Sul, que continua a fazer parte do quotidiano nacional, tanto na política, como na actividade económica e mesmo desportiva, não é, pois, uma criação recente, mas um dado da estrutura que, ao longo dos tempos, se tem manifestado por muitas formas e símbolos, por vezes com pitoresco: os antropólogos, por exemplo, discutem a que latitude a comida deixa de ser temperada com salsa e passa a sê-lo com coentro⁴. Um homem do Sul associa aos galegos o homem do Norte, o qual em troca o apelida de mouro.

Quer isto dizer que, no pequeno rectângulo português, habita uma sociedade que facilmente se distingue dentro do mosaico ibérico mas que, no seu interior, não é absolutamente homogénea, antes retira a sua coesão e a sua personalidade de energias desenvolvidas pelas tensões tectónicas que o confronto Norte-Sul desprende. Na segunda metade do séc. XX, o geógrafo Orlando Ribeiro desenvolveu a teoria dos *dois Portugais* – um Portugal dominado pelo Mediterrâneo e, a norte, outro Portugal subdividido entre a influência do Atlântico e a influência da Meseta ibérica⁵. Num país que despertou tarde para a modernidade, não surpreenderá que esta repartição seja igualmente válida para os tempos da fundação da nação e do Estado e para o séc. XX. Mas ela não dá conta do movimento migratório de abandono do campo, que se tem generalizado no norte: as populações rurais fogem das aldeias para as cidades interiores ou, mais ainda, deslocam-se para as grandes cidades do litoral. Assim,

⁴ O coentro é desconhecido, ou de importação recente e restrita em todo o norte e centro de Portugal, predominando a sul de uma linha que passa por Leiria e por Castelo Branco (dados do Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza, do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa).

⁵ Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, 1947 (4.^a ed. 1986).

afirma-se hoje um novo tipo de contraste entre as terras do interior e a beira-mar, uma larga frente costeira que corre com intermitências desde o Minho até ao Algarve, fortemente urbanizada, onde se concentram dois terços da população e onde a influência do Sul domina sobre o tradicional contraste Norte-Sul.

Movimenta-se neste espaço uma língua nascida no Norte, que avança para Sul à medida que o território cresce e os povos se deslocam; que se adapta e transforma nos novos territórios; que reflui para as terras de origem e as moderniza. Esta adequação entre língua, sociedade e território produziu, como resultados linguísticos mais salientes, o monolinguismo e o débil dialectalismo.

4. De facto, Portugal é um país quase monolíngue: além do português, apenas existe no seu território uma outra língua, o mirandês, que tem estatuto oficial de língua minoritária e sobrevive numa estreita região da fronteira nordeste, com poucos milhares de falantes, nenhum deles privativo. O muito recente fenómeno do acolhimento de imigrantes estrangeiros não alterou totalmente este quadro de monolinguismo, pois a maior parte dos chegados (brasileiros e africanos) já têm o português como língua materna, enquanto os oriundos da Europa de Leste não revelam dificuldades de aculturação linguística. Mesmo assim, parecem estar a formar-se bolsas de predomínio de línguas estrangeiras, sobretudo crioulos, restando saber como evoluem. O sistema oficial de ensino tem apontado, mesmo nas escolas de forte população crioula, para uma formação em português; do mesmo modo, tem submetido os alunos de origem brasileira e africana à norma linguística portuguesa, no que é ajudado pelo contacto situacional a que se acham diariamente expostos. Se esta orientação, que é politicamente condicionada, se mantiver, é provável que se generalize a integração linguística dos descendentes de imigrantes e que não se desenvolva em Portugal um quadro de multilinguismo.

5. Por outro lado, a diferenciação dialectal portuguesa é bastante ténue: a manutenção no Norte de certos traços antigos, como a africada palatal surda, a distinção entre sibilantes apicoalveolares e predorsodentais e a conservação dos ditongos *ou* e *ei*, contrastando com a sua ausência nos dialectos do Sul e ainda nos arquipélagos dos

Açores e da Madeira, não é suficiente para criar barreiras de compreensão interdialectal. As marcas dialectais não travam a comunicação, apenas servindo para identificar a proveniência regional de cada falante. Mas a concentração da população em cidades da frente costeira, a submissão de toda a população nacional a um sistema bastante unificado de comunicação audiovisual (com destaque para apenas quatro canais generalistas de televisão) que difunde uma mesma variedade sociolectal que serve de norma-padrão, e ainda o sistema de ensino, que não privilegia a colocação de professores na sua região de origem, actuam conjuntamente como poderosos elementos unificadores de um panorama linguístico que não se mostrava predisposto à diferença. Este panorama linguístico seria ainda menos variado, e mesmo um pouco monótono, se a relação entre língua, território e sociedade se tivesse restringido aos limites europeus que até agora estiveram sob consideração.

6. Passo agora brevemente, e sem me deter em processos de mudança que são bem conhecidos, do plano da sociolinguística e da dialectologia para o da história da língua, na qual proponho que se reconheçam dois grandes ciclos, em vez de uma periodização mais pormenorizada:

– O ciclo da *elaboração da língua*, que decorre entre os sécs. IX e XV, ou seja, entre a Reconquista e o início dos Descobrimentos. É durante este longo período que o romance se forma numa área inicial que reúne a Galiza e o Norte de Portugal, e é depois levado pela Reconquista para territórios de Sul e de Leste, onde estabelece as suas fronteiras contra o leonês e o castelhano, fronteiras cuja defesa constituirá uma das mais constantes forças da afirmação e da coesão nacionais. As primeiras manifestações da escrita em português datam do meio do séc. XII⁶: uma breve *Notícia de Fiadores*, de 1175, é o documento mais antigo hoje conhecido, mas é a partir de 1255 que começa a produção regular de documentos escritos em português, na chancelaria de Afonso III. É no final deste período, no séc. XV, que o centro de gravidade da nação se desloca para Lisboa e se consuma o afastamento em relação ao galego.

⁶ Ana Maria Martins, «Emergência e generalização do português escrito. De D. Afonso Henriques a D. Dinis», *Caminhos do Português*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2001, 23-61; I. Castro, «A primitiva produção escrita em português», *Orígenes de las lenguas romances en el Reino de León. Siglos IX-XII*, León, Centro de Estudios e Investigación San Isidoro, 2004, II, 69-97.

– O segundo grande ciclo da história do português centra-se na *expansão da língua*, mas outros processos importa referir: o séc. XV é aquele em que a língua mais radicalmente se transfigura⁷. Dentro de portas, a língua reestrutura-se e prepara-se para a normalização própria de uma língua clássica, e influenciada pelos clássicos. Ao mesmo tempo, inicia um paradoxal caso de amor com o castelhano, que durante quase três séculos será a segunda língua literária dos escritores portugueses. Entretanto, a língua começa a expandir-se para fora da Europa, com dois tipos específicos de actuação: *a)* transplanta os dialectos de Portugal para territórios como o Brasil, a África e a Ásia, com desenvolvimentos próprios que chegam aos nossos dias com plena vitalidade nos dois primeiros espaços (África e Brasil) e em estado de relíquia na Ásia; *b)* ao longo do litoral africano e asiático, o português associa-se a línguas locais para produzir pidgins e crioulos, possivelmente segundo uma matriz única, o que é usado por alguns crioulistas para explicar semelhanças entre línguas que nunca estiveram em contacto⁸. Esse processo deu, como resultados modernos, a situação linguística de Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e de certas áreas do Índico e Oceania. O mesmo processo ocorreu no Brasil, mas uma maciça imigração europeia, especialmente a partir do séc. XVIII, provocou a descrioulização e a generalização do português. Algo de semelhante aconteceria depois em Angola e em Moçambique, com a imigração portuguesa dos sécs. XIX e XX.

7. Na passagem do séc. XVII para o XVIII começou a tornar-se claro que a evolução da língua em Portugal e na colónia brasileira não mais seguia caminhos paralelos. Não eram transmitidas à colónia algumas inovações ocorridas na Europa, e vice-versa. Um exemplo paradigmático é fornecido pela posição dos clíticos⁹: até ao séc. XVI, a posição mais frequente do pronome pessoal átono em português era a próclise, antes do verbo (*lhe disse*), posição que depois se tornou posposta, em ênclise (*disse-lhe*). Esta mudança

⁷ Esperança Cardeira, *Entre o Português Antigo e o Português Clássico. A elaboração da língua portuguesa no início do séc. XV*, Lisboa, 2005.

⁸ R. W. Thompson, «A note on some possible affinities between the creole dialects of the Old World and those of the New», *Proceedings of the conference on creole language studies*, London, 1961; Germán de Granda, *Estudios lingüísticos hispánicos, afrohispanicos y criollos*, Madrid, 1978.

⁹ Ana Maria Martins, «Mudança Sintáctica e História da Língua Portuguesa», *História da Língua e História da Gramática*, Braga, 2002, 251-297 (especialmente 262-271).

afectou apenas o português europeu, enquanto o português brasileiro conservava a próclise tradicional. Surgiu assim um dos grandes traços distintivos entre as duas variantes da língua.

Como este, outros traços de natureza quase sempre sintáctica, além, obviamente, dos lexicais, são hoje determinantes para distinguir as variantes europeia e brasileira¹⁰. Eles alimentam uma discussão de nível tipológico que sumamente ocupa os estudos actuais da linguística do português: as diferentes soluções observadas em Portugal e no Brasil inscrevem-se no quadro normal da variação sistemática, pelo que poderemos considerar, dentro do paradigma coseriano, que os dois países têm normas diferenciadas dentro de um mesmo sistema (como Cintra e Celso Cunha defendiam ao falar de «variantes nacionais»¹¹), ou pelo contrário deveremos começar a pensar em termos de «duas gramáticas», eufemismo técnico que esconde a radicalidade de «duas línguas»?

Neste quadro de discussão, torna-se interessante observar o comportamento das vogais átonas, que no português europeu são cada vez menos audíveis. A variante brasileira caracteriza-se pela conservação do sistema do português clássico (*nê-cê-ssá-ri-ô, có-mô-dô*), enquanto em Portugal as vogais átonas sofreram fechamento (*â > â*), elevação para schwa (*ê > ə, ô > u > ə*) ou desapareceram até (*nə-(cə)ssá-riu > nsá-riu, có-mu-du > có-mə-du > cóm-du*). Neste comportamento vocálico, encontram-se duas utilidades gerais: por um lado, verifica-se que o português de Portugal pode ser mais inovador que o do Brasil, contrariamente a uma ideia muito comum, segundo a qual a variante europeia possui uma estabilidade superior; por outro lado, adivinha-se que a evolução do português em África talvez não siga o modelo brasileiro, como defende outra ideia comum, segundo a qual as antigas colónias portuguesas se comportarão linguisticamente de modo paralelo e, portanto, terão mais afinidades entre si do que com a antiga metrópole. Com efeito, quando a vogal átona é seguida de *l*, o português europeu, excepcionalmente, não efectua a sua elevação e conserva a vogal, tal como o brasileiro (*álmeidâ* e não *âlmeidâ; vóltár* e não *vultár*). Mas o português africano distingue-se de

¹⁰ Paul Teyssier, *Manual de Língua Portuguesa (Portugal-Brasil)*, Coimbra, 1989; Maria Helena Mateus et al., *Gramática da Língua Portuguesa*, 5.ª ed., Lisboa, 2003, 45-51.

¹¹ Celso Cunha, «Política e cultura do idioma», *Língua, Nação e Alienação*, Rio de Janeiro, 1981, 11-36.

ambos por seguir até mais longe a regra geral da elevação (*âlmeidâ, vultár*), sendo neste aspecto mais inovador que as outras duas variantes. Em perspectiva, portanto, é possível admitir que novas gramáticas se desenvolvam em África, distintas da portuguesa e da brasileira e, porventura, distintas entre Angola e Moçambique.

8. Não mencionei atrás um facto que é evidente: em perspectiva histórica, o ciclo da expansão está concluído, pelo menos nos termos em que se desenvolvera desde o séc. XV até à segunda metade do XX. Portugal e Brasil prosseguem as suas respectivas histórias linguísticas, que se dirigem, tanto quanto é possível observar, para destinos diferentes. Além disso, a descolonização de 1974 permitiu a criação de novos estados em que a língua portuguesa é usada de modo distinto: em Cabo Verde, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e, mais recentemente, Timor-Leste, predominam os crioulos, cabendo ao português as funções de língua oficial, da administração e do ensino, bem como de língua de comunicação internacional no quadro lusófono. Em Moçambique e em Angola, está praticamente no início a descrição da situação, o que recomenda a maior prudência nas observações e, especialmente, nas previsões. Podia esperar-se que a descolonização trouxesse consigo a perda de influência do português, mas isso não aconteceu, como não aconteceu em muitas outras situações post-coloniais. Um factor de ordem demográfica tem-se manifestado recentemente: tanto em Angola como em Moçambique, uma parte considerável da população acha-se concentrada em torno das capitais; por isso, convivem e constituem família pessoas que, por serem de etnias e de línguas nacionais diferentes, apenas conseguem comunicar entre si em português. Enquanto para essas pessoas o português é uma língua segunda, dominada como maior ou menor apuro, para a geração dos seus filhos o português é a língua materna. E as gerações seguintes seguirão, provavelmente, o mesmo caminho.

9. A condição multinacional do português, associada à dispersão geográfica, tem reflexos sobre a sua unidade. É certamente prematuro afirmar que o português constitui uma «família de línguas», como se defende para o inglês, ou aconteceu há milénio e meio com o latim, mas as condições de geografia, sociedade e comunicação permitem admitir a futura fragmentação do seu sistema linguístico.

Robert Burchfield disse que, daqui a um século, as línguas da Inglaterra e dos Estados Unidos serão tão diferentes entre si como o italiano e o francês o são hoje¹². Poderá ser exagero, especialmente vindo do autor do Suplemento (1972-1987) ao *Oxford English Dictionary*, que serve de coluna vertebral à língua inglesa. Mas este próprio dicionário já tem versões especiais para o inglês canadiano e para o inglês australiano. E Tom McArthur escreveu há anos um livro intitulado *The English Languages*, em que admite que o inglês seja considerado como uma família de línguas, à imagem das línguas românicas¹³.

É com o inglês que, creio, vale a pena comparar a situação do português. Em ambos os casos, a antiga metrópole europeia tem um peso mundial muito inferior à antiga colónia americana e não é respeitada por esta como modelo; além disso, o padrão linguístico europeu de ambas as línguas está singularmente desprovido de mecanismos que assegurem a sua aceitação do outro lado do Atlântico. O inglês britânico confia ao dicionário de Oxford a função normativa em matéria lexical e ortográfica, à BBC a pronúncia e às escolas públicas, transmissoras da tradição gramatical setecentista, tudo o resto¹⁴. O português europeu tem uma ortografia oficial, que desde 1911 tenta partilhar sem êxito com o Brasil, mas não tem dicionário normativo¹⁵ nem pronúncia «recebida». A Inglaterra não tem Academia, Portugal tem, mas não é uma academia da língua¹⁶.

¹² Citado por Randolph Quirk, *English in the World*, Cambridge, 1985, 3.

¹³ «...the complex called ‘English’ is immensely diverse – probably more diverse than any single language has ever been – and is likely to become even more so in the next century. This book [...] addresses the question of whether or not English can be considered a family of languages in its own right, like the Romance languages»: Tom McArthur, *The English Languages*, Cambridge, 1998, iii.

¹⁴ H. H. Hock-B. D. Joseph, *Language History, Language Change and Language Relationship*, Berlin-N. York, 1996, 197-202.

¹⁵ O recente *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, 2001, foi publicado pela Academia das Ciências de Lisboa mas regista apenas o léxico dos sécs. XIX e XX e apresenta-se como «obra de natureza essencialmente descritiva», embora «com uma preocupação normalizadora». É um dicionário de autor, J. Malaca Casteleiro, e o seu conteúdo não emana de deliberações do colectivo académico.

¹⁶ Nas palavras de J. V. de Pina Martins, o mais influente presidente da Academia das últimas décadas, «os críticos da Academia, ao argumentarem com a sua incapacidade de levar a bom termo a tarefa importante da elaboração de um dicionário completo da Língua invocando o exemplo da Academia Francesa e da Academia Espanhola, cometiam o erro de assimilar a Academia das Ciências de Lisboa – uma instituição interdisciplinar – a duas academias que nasceram só para o estudo das Línguas francesa e castelhana», Prefácio ao *DLPC*, ix.

Sendo assim, não surpreende a conclusão a que Nicholas Ostler chega, em livro recente¹⁷: a importância actual da língua portuguesa, no plano mundial, deve mais ao desenvolvimento económico e populacional do Brasil que à expansão portuguesa. O que coloca um dilema interessante a Portugal: apostar na unidade de uma língua propulsionada a partir do Brasil ou preservar a sua autonomia e especificidade num quadro de desintegração do sistema linguístico?

Estão em movimento, há bastante tempo, forças que procuram, mais ou menos conscientemente, promover uma ou outra das saídas que este dilema oferece. Podem ser identificados, através de manifestações de variada natureza, dois modos típicos e claramente distanciados de reacção: uma *pulsão unificadora* e uma *pulsão separativa*, que se disputam no espaço da língua portuguesa.

10. A ortografia tem sido o instrumento preferido no combate entre estas pulsões antagónicas. É compreensível: as convenções ortográficas são mais obedientes ao legislador e ao normalizador que os factos duros de uma língua em deriva. Nas sociedades preocupadas com a alfabetização de massas, a ortografia é um requisito indispensável da escolarização. Numa cultura em que a língua escrita predomine sobre a língua falada, a ortografia é um título de autoridade.

Assim, acontece que a pulsão unificadora do português atingiu o zénite com a assinatura do Acordo Ortográfico luso-brasileiro de 1945, que aspirava a reunificar através de uma ortografia comum as variantes nacionais em todas as suas manifestações, incluindo mesmo as lexicais, sintácticas e fonológicas. Se recordarmos que então tanto o Brasil como Portugal viviam sob ditaduras, teremos menos dificuldade em compreender o voluntarismo de tão irrealizável projecto. Do mesmo modo, o zénite da pulsão separativa situou-se na recusa brasileira de aderir ao mesmo Acordo de 1945, após debate interno de grande vivacidade, como sempre acontece no domínio ortográfico. Assim, o Brasil manteve a sua ortografia própria, convencionada em 1943, enquanto Portugal e as colónias, hoje estados independentes, adoptavam a nova ortografia. Esta divisão do espaço da língua portuguesa entre dois códigos

¹⁷ Nicholas Ostler, *Empires of the Word. A Language History of the World*, N. York, 2006, 315.

ortográficos mantêm-se em vigor até hoje, mas está longe de ser uma novidade criada em 1945. Na verdade, os desentendimentos entre Portugal e o Brasil por causa da ortografia tinham, já então, uma história bastante longa e que só telegraficamente merece ser contada¹⁸.

11. Na segunda metade do séc. XIX, surgiram em Portugal as primeiras propostas de reforma ortográfica, destinada a substituir variadas soluções etimologizantes por uma escrita simplificada e de representação fónica. O pioneiro foi J. Barboza Leão, mas os principais adeptos da ortografia fónica foram Carolina Michaëlis de Vasconcelos, que a usou na sua edição do *Cancioneiro da Ajuda* (Halle, 1904), e A. R. Gonçalves Viana, que no mesmo ano publica *Ortografia Nacional. Simplificação e Unificação Sistemática das Ortografias Portuguesas*. A Academia não apoiou estas iniciativas privadas. Por seu lado, a Academia Brasileira de Letras aprovou em 1907 uma ortografia que diverge em alguns pontos da de Gonçalves Viana. Instaurada a República em Portugal em 1910, o governo encarregou uma comissão de filólogos (não a Academia) de definir uma ortografia, que resultou em versão atenuada das propostas de Gonçalves Viana, relator da comissão, conservando grafias justificadas pela etimologia e pelo uso ao lado das motivadas fonicamente. Aprovada como ortografia oficial em 1911, causou desagrado no Brasil por ser uma iniciativa unilateral. Inicia-se então uma longa série de encontros e desencontros das duas academias, que em 1931 chegam a um acordo que admite a possibilidade de, em certos casos, vigorarem grafias diferentes nos dois países, mas este acordo não é duradouramente aplicado em qualquer deles. Uma Convenção Ortográfica é assinada pelos dois governos em 1943, que confirma o acordo de 1931. Em 1945, realiza-se uma Conferência Inter-Académica, que aprova um novo e diferente acordo. É este que é adoptado em Portugal até aos dias de hoje, enquanto o Brasil o rejeita por demasiado lusitanizante, mantendo-se fiel ao de 1943. Segue-se um longo intervalo, apenas interrompido em 1971 por um mínimo acordo sobre acentuação, que Portugal cumpriu e o Brasil não. A entrada em cena em 1975 dos novos países de língua oficial portuguesa, após a descolonização, não alterou este estado de coisas, pois

¹⁸ I. Castro et al., *A Demanda da Ortografia Portuguesa*, Lisboa, 1987.

em todos se manteve o uso da ortografia de 1945, comum a Portugal. Em 1985, reúnem-se de novo as duas academias, agora com representantes dos outros países, e aprovam uma ortografia fortemente unificadora, muito inovadora e com algumas deficiências técnicas, que a opinião pública clamorosamente rejeitou em Portugal por abrasileirada. Seguem-se duas novas versões, a última das quais é aprovada em 1990 pelas academias e pelos governos. Corrigidas as imperfeições e abandonadas as pretensões unificadoras, ela assenta num princípio de flexibilidade que define grafias duplas para os casos de irreversível divergência morfofonológica. Este princípio, projectado num futuro povoado por três ou quatro variantes nacionais, não poderá deixar de admitir uma multiplicidade de grafias, mesmo regionais, e permite perguntar que papel caberá ao prefixo *orto-* nas grafias assim autorizadas.

12. As principais inovações do acordo de 1990 situam-se em quatro áreas:

a) consoantes mudas (conservam-se quando são pronunciadas em todo o espaço geográfico da língua portuguesa: *ficção, pacto, adepto, núpcias*; suprimem-se quando não são proferidas em nenhuma das normas cultas: *ação, afetivo, direção, adoção, ótimo*; têm dupla grafia nos casos de pronúncia dupla: *facto, receção* em Portugal contra *fato, recepção* no Brasil);

b) acentuação gráfica (têm dupla grafia as vogais seguidas de *m* e de *n*, nas proparoxítonas e paroxítonas: *cómodo, efêmero, fenómeno, génio, ténis* em Portugal, contra *cômodo, efêmero, fenômeno, gênio, tênis* no Brasil, bem como as vogais finais nas oxítonas: *bebé, cocó* em Portugal, contra *bebê, cocô* no Brasil);

c) hifenação, que é reduzida (entre prefixo terminado por vogal e palavra começada por *r* ou *s*, o hífen é substituído pela duplicação da consoante: *contrarregra, infrassom*, e deixa de se usar na flexão de *há de, hão de*);

d) alfabeto, que passa a acolher três novas letras: *k, w, y*.

Esta ortografia de 1990, apesar de aprovada por todos os países, não foi aplicada em nenhum. Muito recentemente, o Brasil manifestou o desejo de a ressuscitar, com o apoio de Cabo Verde. Foi abandonada a condição prévia, e absolutamente lógica, de que a entrada em vigor de uma ortografia que se pretende «única» teria de ser

aprovada pela unanimidade dos países de língua portuguesa; agora, basta a assinatura de três países. Neste momento (2007), o governo português prepara-se para se tornar o terceiro país signatário. Mas, consciente de que o resultado não seria a implantação de uma ortografia única para o português, e sim a manutenção de duas (Brasil, Portugal e Cabo Verde de um lado, restantes países do outro), prevê-se uma moratória de dez anos antes da entrada em vigor definitiva da nova ortografia. Muitas coisas podem mudar nesse tempo, entre elas os governos actuais.

13. Como se vê, esta história está longe de uma conclusão. Mas, se uma conclusão quisermos retirar de tudo isto, será esta: não se vê como a ortografia, unificada ou não, possa contribuir decisivamente para a manutenção de pulsões unificadoras no espaço do português. Sem ela, essas pulsões existem e servem-se de outros veículos, que implicam a língua instrumentalmente, mas não se centram nela: canais de televisão portuguesa dirigidos especialmente a públicos africanos e emigrantes; movimentos de migração regular nos percursos Brasil-Portugal, África-Portugal e, mais recentemente, Brasil-África; o gosto pelo desporto, e especialmente o futebol, que é um fortíssimo motivador de emoções colectivas. Estes planos de comunicação têm-se revelado muito mais eficazes do que organismos governamentais como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa ou o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, criados há bastantes anos sem resultados aparentes.

Por outro lado, é visível que, no presente, as ligações mais fortes se encontram entre os países africanos e Portugal. Resta saber durante quanto tempo continuará a ser assim, antes de as pulsões separativas começarem a invocar os seus direitos.